



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640129 - SP (2021/0013288-8)

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : RICARDO FAGUNDES GOUVEA - SP235162  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : RAFAEL CARLOS DA SILVA (PRESO)  
**CORRÉU** : DANIEL BATISTA DOS SANTOS  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RAFAEL CARLOS DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0010772-09.2014.8.26.0268).

O paciente foi condenado às penas de 08 anos e 02 meses de reclusão e de 18 dias-multa, em regime inicial fechado, pela prática do crime de roubo, previsto no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal.

A impetrante sustenta que o reconhecimento da reincidência em desfavor do paciente leva em conta certidão em que não haveria anotação de trânsito em julgado para a Defesa, em afronta aos ditames da Súmula nº 444/STJ.

Aduz que o aumento aplicado na terceira etapa da dosimetria das reprimendas teria sido efetuado à razão de 2/5 (dois quintos), considerando-se exclusivamente o número de majorantes reconhecidas, o que contraria a Súmula nº 443/STJ.

Ressalta que todas as circunstâncias do art. 59 do Código Penal seriam favoráveis ao paciente e que a imposição de regime de pena mais gravoso do aquele indicado pelo *quantum* de pena aplicado ofenderia o texto da Súmula 440/STJ e da Súmula 718/STF.

Requer, liminarmente, que seja diminuída desde logo as penas impostas ao paciente, com modificação do regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade.

No mérito, pugna pela concessão da ordem para desconsiderar a agravante da reincidência na segunda etapa da dosimetria penal; reduzir a exasperação havida na terceira fase da dosimetria penal ao patamar mínimo legal e a fixação de regime inicial de cumprimento da pena diverso do fechado.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em *habeas corpus* apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de

*plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).*

Ante o exposto, **indefiro o pedido de liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se e intime-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência